



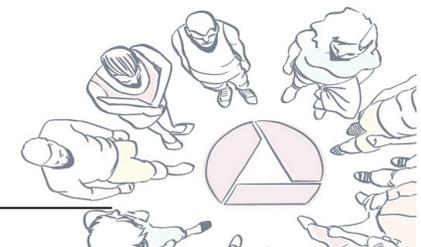
— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2025

Tema/assunto: Segurança Alimentar (PLE nº 110/2024)

Proponentes: () - Adelço Clarindo de Souza, () - Alaide Lopes de Barros Oliveira, () - Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, () - Amani Chironda, () - Ataídes Vieira, () - Athos Felipe da Silva Santos, () - Bárbara de Paula Leite, () - Cecília Aparecida do Carmo, () - Edeilde Machado Leal, () - Edileuza Miranda Jardim, () - Elcia Divina Dias Fernandes, () - Franklin Alves Moraes, () - Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, () - Joana Irene Carreiro do Nascimento, () - Joao Paulo Calori Gomes, () - Jose Roberto Gomes, () - Leandro Gabriel Moura Teixeira Mota, () - Marcos Gobira Damasceno, () - Maria Emilia Lopes de Barros, () - Maurilio Salgado Santos, () - Neuler Fernandes Pereira, () - Nilce Heloísa Campos de Araújo, () - Onofra Ferreira dos Santos, () - Rafael Cardoso Santos, () - Rainério Vitor Batista de Oliveira, () - Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, () - Vanuza gonçalves Dias, Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Uru (Arinos) - José Idelbrando Ferreira de Souza, Agência de Desenvolvimento Local Integ e Sust do Brasil (Buritizeiro) - Bruna Santos Soares, Agência de Desenvolvimento Local Integ e Sust do Brasil (Buritizeiro) - Neide Aparecida Santos, Agência de Desenvolvimento Local Integ e Sust do Brasil (Buritizeiro) - Rui Pires Rabello, Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer (Teófilo Otôni) - Fabiane Pereira Vargens Gobira, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) - João Lopes dos Santos Neto, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) - José Marlon Lopes Sobrinho, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) - Maria Íris dos Santos Ferreira, Associação Comunitária de Marambainha (Caraí) - Nilson Fernandes de Sousa, Associação Comunitária do Município de Medina Ascomed (Medina) - Leandro Muniz Botelho, Associação da Criança e do Adolescente (Itaobim) - Carlos Alberto Pinheiro Carmona, Associação dos Moradores de Aluguel de Minas Gerais AMABEL (Belo Horizonte) - Osmar de Freitas Santos, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais Apae (Santa Juliana) - Juliana Alice Chaves da Silva, Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal (Tarumirim) - Dayone Cezar Rocha Miranda, Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca (São Francisco) - Janete Cardoso dos Santos, Associação Papa João XXIII no Brasil (Itaobim) - Weverton Gonçalves Moreira Lopes, Associação Papa João XXIII no Brasil (Medina) - Karina Batista dos Santos, Câmara Municipal de Bocaiúva (Bocaiúva) - Antônio Roberto da Silva, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (Turmalina) - Juliano Gonçalves Freire, CODEVASF Superintendência Regional em Minas Gerais (Montes Claros) - Mauricio Lopes de Gros, Conselho de Alimentação Escolar (Contagem) - Rita de Cássia Moreira, Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais CONSEA (Belo Horizonte) - Camila de Oliveira Vieiras, Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais CONSEA (Belo Horizonte) - Ronaldo Cardoso de Lima, Conselho Estadual de Alimentação Escolar / CAE MG (Belo Horizonte) - Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte) - Cassiano Almeida Nolasco, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais Fetaemg (Belo Horizonte) - Vanessa Maria Martins,



Federação Unicafes (Carangola) - Getúlio Gomes Vieira, Federação Unicafes (Carangola) - Iara Laia Ellis, Federação Unicafes (Carangola) - João Paulo Dias, Federação Unicafes (Carangola) - Paula Laviola Pedrosa, Fundação Nacional de Saúde (Catuji) - Eronides Pereira Duarte, IMA Coordenadoria Regional Varginha (Varginha) - Alexandre Francisco Amaral Arantes, IMA Coordenadoria Regional Varginha (Varginha) - Heitor Schiavon Cougo, IMA Coordenadoria Regional Varginha (Varginha) - Julio Cesar de Carvalho e Almeida, Instituto Humanitário Causas Sociais (Belo Horizonte) - Gladis Freitas Oliveira, Instituto Ser Feliz (Contagem) - Dora Dutra, Instituto Ser Feliz (Contagem) - Erica Cristina da Silva França, Instituto Social Acreditar e Lutar (Belo Horizonte) - Marta Amélia Moreira Santos Lima, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (Almenara) - Josivaldo da Silva, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (Felisburgo) - Maria Gomes dos Santos, Núcleo do Pequi do Norte de Minas Gerais (Montes Claros) - Daniel Mendes Vieira, Polícia Civil de Minas Gerais (Lavras) - Aroldo Souza Arcanjo, Polícia Civil de Minas Gerais (Lavras) - Fernando Augusto Bettio, Polícia Civil de Minas Gerais (Pedra Azul) - Thiago de Carvalho Passos, Prefeitura Municipal de Caraiá (Caraiá) - Wesley Jose Miranda De Paula, Prefeitura Municipal de Monte Azul (Monte Azul) - Vlader Olímpio Fernandes, Rede Leste de Bancos de Alimentos (Piedade de Caratinga) - João Paulo de Paiva Ramos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarumirim (Tarumirim) - Jose Geraldo Margues, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Ponto dos Volantes) - José Lourenço Ribeiro Santos, Unicafes MG (Carangola) - Paulo Cesar Gomes Amorim Junior, Veredas Assessoria de Políticas Públicas (Montes Claros) - Albano Silveira Machado.



Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

PLE/2024	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até Junho/2025
110	RQN 9.412/2024	SEDESE	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para que, no âmbito da Ação 2033 – Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – Sisan-MG –, desenvolva ações de capacitação e de apoio técnico aos municípios com o fim de fortalecer a capacidade institucional para a implantação do Sisan.	<p>A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em 17/02/2025, informou que o Programa 074 – Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, foca na ampliação dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), na integração ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e na participação social, com base na intersetorialidade, na soberania alimentar, na agroecologia e no respeito à cultura e à autonomia municipal. Explicou que o programa é estruturado em três ações principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ação 2033 – Desenvolvimento do SISAN em Minas Gerais, coordenada pela Câmara Governamental Intersetorial de SAN (CAISANS-MG). 2. Ação 4196 – Apoio e articulação de ações e projetos de SAN, sob responsabilidade da Assessoria de Segurança Alimentar. 3. Ação 4197 – Apoio à Política Estadual de SAN, executada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA-MG). <p>Salientou que a Ação 2033, foco da solicitação, compreende diversas etapas, incluindo a sensibilização e a orientação dos municípios sobre a adesão ao SISAN. Esse suporte ocorre por meio</p>



				<p>de e-mails, chamadas e visitas técnicas, como a realizada em 14/02/2025, no evento da Rede Leste de Bancos de Alimentos (RELBA), em São João do Oriente/MG. Ressaltou que durante o processo, são fornecidos modelos de documentos para facilitar a adesão e evitar inconsistências. Após o envio e a validação, a CAISANS-MG elabora um parecer técnico, que é então encaminhado à CAISAN Nacional.</p> <p>Por fim, destacou que, atualmente, 116 municípios mineiros integram o SISAN, com previsão de adesão de mais 28 na próxima Resolução da CAISAN Nacional, evidenciando o empenho da Secretaria Executiva da CAISANS-MG. Além disso, a CAISANS-MG está organizando a renovação do Eixo Bipartite, que visa fortalecer o diálogo entre o governo estadual e os municípios para a continuidade da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.</p>
110	RQN 9.411/2024	SEDESE	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4197 – Apoio às Ações Desenvolvidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, promova capacitação de representantes da sociedade civil e gestores municipais para atuar no conselho e na política de segurança alimentar e nutricional no Estado,</p>	<p>A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em 20/02/2025, informou que o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA-MG) tem promovido capacitações para gestores municipais e lideranças da sociedade civil, visando fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), mesmo diante de restrições orçamentárias. Nos últimos anos, esses cursos foram viabilizados por emendas parlamentares, alcançando um público limitado nos 17 territórios de abrangência do Conselho. Salientou que em outubro de 2023, ocorreu a 8ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que</p>



			considerando-se a necessidade de oferta de cursos presenciais para atender a população residente em áreas rurais e de produção de material audiovisual.	definiu diretrizes para o VI Plano Estadual de SAN (2024-2027), priorizando a capacitação de gestores e atores sociais. Diante da reconstrução da política nacional de SAN, destacou a necessidade de ampliar investimentos na formação desses agentes, fortalecendo o SISAN e expandindo os serviços públicos de segurança alimentar nos municípios. Além disso, informou que o CONSEA-MG solicitou, no âmbito do PPAG 2024-2027, a realização de formações presenciais em municípios polo, reafirmando seu compromisso com a integração intersetorial e a ampliação da oferta de serviços.
110	RQN 9.410/2024	SEDESE	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implementação de programa de alimentação para crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza, cadastrados no CadÚnico, no período de férias escolares, com a utilização dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria, como uma das estratégias para assegurar o direito à alimentação adequada, conforme prioridade estabelecida no inciso IV do art. 4º da Lei nº 19.990, de 2011.	Em ofício de resposta, publicado em 13/03/25, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – informou que reconhece a importância da implementação de um programa de alimentação para crianças e adolescentes em situação de pobreza extrema, durante o período de férias escolares, para garantir a segurança alimentar e nutricional desse público. A secretaria afirmou que tem atuado na articulação de políticas públicas voltadas à primeira infância, por meio do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância, instituído pelo Decreto nº 48.452/2022, que prevê a elaboração de políticas públicas intersetoriais, inclusive de segurança alimentar. Sobre a utilização de recursos do Fundo de Erradicação da Miséria, afirmou que a destinação dos recursos dele compete ao Grupo Coordenador deste fundo. Além disso, a Sedese informou ainda que o VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais foi aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e



				Nutricional Sustentável e está em fase de revisão e diagramação; falou também sobre a organização da política estadual de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente de forma geral.
110	RQN 9.409/2024	SEAPA	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para o desenvolvimento de ações de promoção da segurança alimentar e nutricional no Município de Campestre, destinadas ao fortalecimento dos agricultores familiares locais.	<p>A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 24/02/2025, iniciou destacando a Ação 4358 - Circuitos de Comercialização, que facilita o acesso direto entre produtores e consumidores, incentivando feiras e eventos, além da disponibilização de kits feira por meio de emendas parlamentares. Outra ação relevante que foi apresentada é a Ação 4361 - Mercados Institucionais, que apoia a participação da agricultura familiar em programas como o PAA Familiar, PAA CDS e PAA Institucional, fomentando a produção, garantindo preços adequados e incentivando o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis.</p> <p>Informou que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, é executado em parceria com a EMATER-MG e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, garantindo a compra direta de alimentos de agricultores familiares para abastecer equipamentos públicos de segurança alimentar e redes assistenciais. Ressaltou que os municípios podem aderir ao programa por meio do SISAN, sendo elegíveis para receber recursos estaduais, federais ou via emendas parlamentares.</p> <p>Além disso, destacou que o PAA Compra Institucional, regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.802/2023, permite a</p>



				aquisição de produtos da agricultura familiar para atender demandas institucionais e beneficiar populações vulneráveis.
110	RQN 9.408/2024	SEDESE	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4196 – Apoio, Fomento e Articulação de Ações, Projetos e Programas Relativos à Temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, apoie os projetos que especifica.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, em 17/02/2025, informou que desde 2022, tem direcionado investimentos para a criação e fortalecimento de Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias por meio de editais públicos. Paralelamente, incentiva as cozinhas solidárias, que oferecem refeições gratuitas a populações em situação de extrema vulnerabilidade.</p> <p>Ressaltou que a modernização dessas cozinhas ocorre por meio de repasses financeiros destinados à aquisição de equipamentos e aprimoramento da infraestrutura. Para 2025, busca captar recursos via emendas parlamentares para expandir essas iniciativas.</p> <p>Destacou que o Projeto Raízes de Minas, parte do programa Percursos Gerais, tem como objetivo fortalecer a produção agrícola familiar sustentável, fornecendo kits de irrigação, insumos e capacitações. Além de contribuir para a segurança alimentar, o projeto possibilita a geração de renda com a comercialização do excedente da produção.</p> <p>Além disso, apoia a adesão dos municípios ao SISAN, promovendo gestão intersetorial e fornecendo suporte técnico. Por fim, recomendou que municípios e entidades acompanhem editais e mantenham diálogo com conselhos de SAN para fortalecer as ações locais.</p>

